DECRETO N.º 1:811

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 15:355, oportunamente interposto pela firma Montezinho & Irmão, da vila de Chaves, do acórdão do Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de 9 de Março de 1915, que, em recurso do acórdão da Junta dos Repartidores do concelho de Chaves, de 19 de Dezembro de 1914, negou à recorrente a anulação do segundo semestre de contribuição industrial de agente de emigração, no ano de 1914, e revogou a anulação do último trimestre concedida naquele acórdão, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Abel de Andrade:

Mostra-se que a firma Montezinho & Irmão, da vila de Chaves, tendo sido inscrita na matriz da contribuição industrial de 1914 pela indústria de agente de emigração e passaportes (tabela n.º 2 anexa ao regulamento de 16 de Julho de 1896, verba 21), requereu, em 8 de Dezembro de 1914, à Junta dos Repartidores, título de anulação, correspondente ao segundo semestre, dessa colecta, fundando o seu pedido na paralisação quasi completa da indústria de transportes de emigração para a América por causa dos perigos ocasionados à navegação com a guerra europeia. E instruiu o seu pedido com atestados do administrador do concelho de Chaves, do escrivão encarregado do registo criminal na comarca do mesmo nome, e do secretário geral do Governo Civil de Vila Rial. O administrador do concelho atestou que a firma não solicitou na administração quaisquer documentos para obter passaportes de emigrantes, desde 30 de Junho até 9 de Dezembro de 1914, data do atestado. Na mesma orientação atestou o escrivão encarregado do registo criminal. E a Junta, em presença das informações do chefe e fiscais dos impostos, por acórdão de 19 de Novembro de 1914, apenas concedeu ao requerente título de anulação correspondente ao quarto trimestre;

Mostra-se que a referida firma recorreu em 11 de Fevereiro de 1915, do acórdão da Junta dos Repartidores, para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e, em sustentação do pedido de título de anulação correspondente ao quarto trimestre de 1914, juntou atestado do secretário geral do Governo Civil de Vila Rial, de 26 de Dezembro de 1914, de onde consta que o recorrente não se apresentou no Governo Civil a solicitar passaportes ou quaisquer documentos para eles durante o principio do segundo semestre do ano corrente até aquela data. Foi o recurso informado pelo secretário de finanças de Chaves, a cuja diligência se deve o documento de fl. 25, ou seja uma informação minuciosa relativa às pessoas residentes no concelho de Chaves às quais pelo Governo Civil do distrito de Vila Rial foram concedidos passaportes para fora do país durante o segundo semestre de 1914 com a indicação das pessoas que, segundo informe do pessoal da fiscalização dos impostos, interviewaram na preparação dos respectivos processos. Consta desse documento que a firma recorrente interveio em quatro processos de emigrantes, um em Julho, dois em Agosto e um em Dezembro. Mais informa o secretário de finanças que a firma não participou a cessação de exercício da indústria, como preceitua o regulamento de 16 de Julho de 1896, artigo 92.º E o Conselho, por acórdão de 9 de Março de 1915, negou provimento no recurso, confirmando a decisão recorrida, e anulando também a decisão da Junta na parte referente ao quarto trimestre. E deste acórdão foi interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo pela firma Montezinho & Irmão, que instruiu a sua petição com os documentos de fl. 8-11;

O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministério Público:

Considerando que o recurso é competente e foi interposto em devido tempo;

Considerando que a falta de participação da cessação do exercício da indústria não prejudica o direito de petição e recurso para anulação da colecta, nem sujeita o contribuinte a pena especial, embora lhe retire as vantagens que da participação podiam advir-lhe. (Regulamento de 16 de Julho de 1896, artigos 92.º, 201.º, § 1.º, 222.º e 223.º);

Considerando que o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos tem hoje competência para conhecer dos pedidos de anulação de contribuição industrial (Código da Contribuição Predial de 5 de Junho de 1913, artigo 189.º, § único, decreto de 5 de Junho de 1913, artigo 2.º, e portaria n.º 224, de 7 de Setembro de 1914 no *Diário do Governo* n.º 161, 1.ª série);

Considerando que consta provado dos autos, de fl. 27, que a firma recorrente exerceu a indústria de agente de emigração e passaportes nos meses de Julho, Agosto e Dezembro de 1914 (2.º semestre):

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e conformando-me com a presente consulta, decretar a negação do provimento no recurso interposto.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República em 31 de Julho, e publicado em 10 de Agosto de 1915.—
Joaquim Teófilo Braga — Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Rectificações

No decreto n.º 1:803, de 9 de Agosto de 1915, onde diz: «Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Julho de 1915», deve ler-se: «Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Julho de 1915».

No decreto n.º 1.804, da mesma data, onde diz: «Ordem do Exército da 2.ª série, de 25 de Julho», deve ler-se: «Ordem do Exército da 2.ª série, de 25 de Junho».

5.ª Repartição da Contabilidade Pública, em 9 de Agosto de 1915.—O Chefe da Repartição, *J. Estanislau da Silva.*

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

LEI N.º 343

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a transferir dos saldos existentes nos diversos artigos, de pessoal e material, do orçamento do Ministério do Fomento que vigorou para o ano económico de 1914-1915, as importâncias necessárias para reforçar as verbas do capítulo 2.º:

«Artigo 23.º Construção, reparação, melhoramentos e conservação de edificios públicos», e artigo 28.º do mesmo capítulo: «Garantias de juro pela construção de caminhos de ferro», até as quantias, respectivamente, de 90.000\$ e 35.000\$.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Fomento a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 10 de Agosto do 1915.—
Joaquim Teófilo Braga — Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães — Manuel Monteiro.